



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 **15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE**
2 **SETEMBRO DE 2024.** Ao décimo segundo (12º) dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro (2024), às oito
3 horas e quinze minutos (8h15), iniciou-se a décima quinta (15ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
4 Social de Franca, realizada presencialmente, na Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750 – Centro –
5 Franca-SP. A reunião foi coordenada pelo Presidente, Eder Furtado Ribeiro. Estiveram presentes na reunião quinze (15)
6 conselheiros(as), sendo dez (10) da Sociedade Civil e cinco (05) do Poder Público, com os(as) seguintes **Conselheiros(as)**
7 **Titulares:** Luciana Braga da Silva, José dos Reis Marcelino Silva, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Lindsay Lemos
8 Gonçalves Ferreira, Marcia Tomie Nakao, Michelle Cristina da Silva Mariano, Roberta Pucci de Melo, Eder Furtado
9 Ribeiro e Christiane Hakime de Souza. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Élcio Bento Teodoro e Denize
10 Benez Ornellas Graciano. **Conselheiros(as) Suplentes:** Udeni Alves de Oliveira, Aline Lima da Silva, Daniela Junqueira
11 Palhares e Aline Tatiane Silva de Assis. **Pela Secretaria-Executiva do CMAS** estiveram presentes: Maria Amélia
12 Facioli Vergara, Secretária Executiva e a estagiária, Luiza Pasquarelli. Também participaram convidados da rede
13 socioassistencial, sendo doze (12) usuários do SCFV do Lions Clube e quatro (04) trabalhadoras do SUAS. A pauta da
14 reunião, após aprovação, foi a seguinte: **1 – ORDEM DO DIA:** – *Chamada e Verificação de quórum;* – *Apresentação*
15 *das justificativas dos conselheiros ausentes.* **2 – Aprovação da pauta.** **3 – ASSUNTOS:** **3.1 – Deliberação sobre o**
16 **vencimento do mandato da Mesa Diretora;** **3.2 – Apresentação e Deliberação sobre a Proposta de Resolução acerca**
17 **dos critérios e procedimentos para o Processo de Acompanhamento, fiscalização e controle social da Rede**
18 **Socioassistencial;** **3.3 – Recebimento de Ofício 627/2024 – Fundação Espirita Judas Iscariotes – Envio de Relatório**
19 **referente às demandas de saúde da Residência Inclusiva – definição de encaminhamentos.** **4 – INFORMES:** **4.1 –**
20 **Comprovante de transferência de recursos de Emenda Parlamentar à Pastoral do Menor para ciência do colegiado;**
21 **4.2 – Socialização de Boletins Informativos produzidos pelo Setor de Vigilância e Monitoramento:** – *Fronteira entre*
22 *Proteção e Desproteção – Novos Rumos de Acolhimento de Crianças e Adolescentes – Envelhecer no SUAS;* **4.3 –**
23 **Disponibilização de cursos pelo Portal Capacita SUAS – MDS – cursos disponíveis no link:**
24 **<https://novoead.cidadania.gov.br/index>;** **4.4 – Live CONSEAS – O Papel dos Conselhos Municipais no**
25 **Acompanhamento do Cofinanciamento da Política de Assistência Social – 17.09 – 10h às 12h – Inscrições abertas –**
26 **link: <https://forms.office.com/r/6EXMVT7zhW>;** **4.5 – Renovação de 2/3 Colegiado CMAS – Mobilização e divulgação**
27 **para o Processo Eleitoral CMAS 2024 de Usuários(as) e Trabalhadores do SUAS(as);** **4.6 – Palavra aberta as(os)**
28 **Conselheiras(os) e convidadas(os).** O presidente Eder iniciou a reunião cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e
29 convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum do CMAS e a chamada fossem realizadas. Verificado e
30 confirmado o quórum, com a presença de onze (11) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram
31 apresentadas as seguintes ausências com justificativa: Marina Borges de Araújo, Katiscilene Barsanulfa Tavares de
32 Oliveira, Lais Helena Garcia Silva, Jandira de Almeida Ramos, Alba Valéria Oliveira Ruiz, Simone Martins Ramos,
33 Fernanda Peixoto Cintra Meneghetti, Adriana Aparecida Salviano Martins, Sônia Maria de Andrade Souza, Susana
34 Mendes de Carvalho e Leandro Ferreira. Dando sequência o presidente sugeriu que todos os presentes se apresentassem
35 visto que compareceram vários usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CCI - Lions Clube.
36 Em seguida passou-se à discussão sobre os assuntos constantes na pauta, iniciando-se pelo item: **3 – ASSUNTOS: 3.1 –**
37 **Deliberação sobre o vencimento do mandato da Mesa Diretora;** Maria Amélia explicou que a Mesa Diretora possui

mandato de um (01) ano e que a eleição para um novo mandato é realizada na primeira reunião após a posse de novo colegiado. Salientou que a Posse para Renovação de 1/3 do colegiado, que aconteceu no ano passado, foi realizada em setembro, portanto a eleição da mesa diretora aconteceu neste período e, sendo assim, no próximo dia 14 de setembro deste ano já vencerá esse mandato. Dessa forma, informou que o conselho tem duas opções: ou faz uma eleição de Mesa Diretora para um curto período de dois meses ou prorroga o mandato desta mesa até a posse do novo colegiado. Assim, o colegiado entendeu que será mais viável prorrogar o mandato da atual mesa diretora até o dia 31 de outubro, ficando desta forma deliberado, por unanimidade. Discutiu-se a importância de resolver essa questão de vencimento de mandatos de conselheiros, e consequentemente da mesa diretora, em períodos distintos e que essa situação aconteceu em razão de atraso na renovação de colegiado no período da pandemia. Definiu-se que essa demanda ficará na agenda do conselho, e será novamente debatida após a eleição e posse dos novos conselheiros.

3.2 – Apresentação e Deliberação sobre a Proposta de Resolução acerca dos critérios e procedimentos para o Processo de Acompanhamento, fiscalização e controle social da Rede Socioassistencial; A palavra foi passada para conselheira Christiane, que explicou sobre a Resolução 185.2011, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para o Processo de Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social da Rede Socioassistencial. Por ser uma resolução antiga e desatualizada, a comissão viu a necessidade de alteração e atualização do documento. A leitura da proposta de resolução da comissão de inscrição e acompanhamento foi feita pela Christiane, que destacou que ela prevê o acompanhamento de toda a rede socioassistencial, tanto das entidades e organizações, quanto das Unidades Estatais. Assim, durante a leitura os conselheiros fizeram contribuições e alguns artigos foram alterados. No artigo 3º, a redação foi alterada adicionando a palavra “socioassistenciais” visando adequar a nomenclatura da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ainda no artigo 3, Maria Amélia destacou que este artigo apresenta a possibilidade do CMAS poder contar com o apoio dos técnicos da gestão, quando for necessário realizar uma análise de inscrição, visitas e acompanhamento. Ressaltou a importância deste apoio técnico e do diálogo entre gestão e conselho, sendo esta uma recomendação que foi feita na Capacitação realizada pelo Departamento da Rede Privada do SUAS do Ministério do Desenvolvimento Social. Eder destacou a importância do que traz o Parágrafo Único deste artigo, que prevê que o acompanhamento deve ser realizado por todos os conselheiros, em sistema de rodízio, e reafirmou que esse é o papel de todo o colegiado e não somente da comissão de inscrição e acompanhamento. Christiane deu continuidade à leitura da proposta de resolução. No artigo 4, foi citado o TCU – Tribunal de Contas da União – 3ª Edição, p. 107 à p.177, porém foi pensado na possibilidade de atualização deste documento, bem como, de outros que venham a ser publicados. Sendo assim, Maria Amélia sugeriu que o artigo fosse complementado citando as suas atualizações e normatizações futuras. Viviane e Eder propuseram citar o link do TCU também, alterando a redação para:

“Artigo 4º – As entidades e organizações de assistência social, as unidades públicas estatais, bem como, os serviços, programas e projetos executados por entidades de outras áreas, que desenvolvam as ofertas da Política de Assistência Social, estarão sendo avaliadas com base nos critérios contidos no Manual de orientação aos Conselhos elaborados pelo TCU – Tribunal de Contas da União – 3ª Edição, p. 107 à p.177, e suas atualizações ou outras normativas que vierem a complementá-lo ou substituí-lo, o qual se encontra a disposição na Secretaria-Executiva do CMAS e no link: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/orientacoes-para-conselhos-da-area-de-assistencia-social-3-edicao.htm>.”. No artigo 5º, foi sugerida a alteração da palavra “serão” para “ocorrerão”; e, neste mesmo artigo, letra “a)”, foi adicionado o CENTRO POP, ficando “(...) visitas técnicas dos profissionais do CRAS, CREAS e CENTRO POP, e outros registros

75 *elaborados pela equipe técnica(...).”; e na letra b), a Resolução CNAS 148/2023 que foi citada, se trata de denúncias,*
76 *então Maria Amélia sugeriu uma complementação neste item, incluindo os termos “(...) outras normativas*
77 *complementares, de âmbito municipal.”Após a finalização da leitura, a conselheira Aline Lima, sugeriu a alteração na*
78 *redação do artigo 2º, substituindo a palavra “deficiências” por “fragilidades”. Por fim, o colegiado aprovou a Resolução*
79 *apresentada com as alterações realizadas e a mesma será publicada no Diário Oficial do Município nos próximos dias. 3.3*
80 **– Recebimento de Ofício 627/2024 – Fundação Espirita Judas Iscariotes – Envio de Relatório referente às**
81 **demandas de saúde da Residência Inclusiva – definição de encaminhamentos;** O presidente Eder explicou sobre o
82 serviço que a FEJI executa, Residência Inclusiva, pontuando que se trata do acolhimento para jovens e adultos com
83 deficiência que estão em situação de desproteção e violação de direitos. Disse que, além de pessoas com deficiência, tem
84 ocorrido o atendimento também para um público com situação de dependência ou situação de saúde muito agravadas, e
85 fez reflexões sobre essa demanda que deveria ser suprida pela área da saúde. Pontuou que o ofício apresenta dados sobre
86 gênero, idade e quais patologias das pessoas atendidas. Então é nítido que a atuação e o recurso da assistência social fica
87 limitado, devido as necessidades e demandas da política de saúde. Salientou que esse mesmo debate foi feito
88 anteriormente com o serviço de acolhimento para pessoa idosa, e depois de muita articulação, estudo e diálogo, se
89 conseguiu o cofinanciamento híbrido para esse serviço, ou seja, agora conta com o cofinanciamento tanto da assistência
90 social quanto da saúde. Então esse ofício busca trazer esse mesmo olhar para o serviço de Residência Inclusiva. Destacou
91 que o recurso da assistência social, não pode ser gasto com materiais e nem profissionais da saúde, o que acaba
92 fragilizando o atendimento. Eder sugeriu uma reunião conjunta, visto que o ofício foi protocolado com a Secretaria de
93 Ação Social, CMAS, CMS e CMPCD, ressaltando a importância de discutir também com a Secretaria de Saúde, cujo
94 ofício deveria ter sido protocolado também naquela pasta. Após explicações o colegiado concordou com a proposta de
95 reunião. Viviane propôs que a conversa poderia ser feita primeiro entre os conselhos e depois seja levada para a gestão.
96 Maria Amélia propôs a composição de um Grupo de Trabalho – GT no qual dispuseram-se em compor as(os)
97 conselheiras(os); Luciana, Aline Assis, Lindsay, Eder, Aline Lima, José dos Reis e Denize. Maria Amélia criará um grupo
98 no WhatsApp para que possa ser discutido o dia e horário da reunião e qualquer outro assunto necessário e encaminhará a
99 proposta para o Conselho de Saúde e Conselho da Pessoa com Deficiência. **4 – INFORMES: 4.1 – Comprovante de**
100 **transferência de recursos de Emenda Parlamentar à Pastoral do Menor para ciência do colegiado;** Foi apresentado
101 ao conselho o comprovante de transferência de recursos para a Pastoral do Menor, uma vez que a emenda parlamentar foi
102 deliberada, aprovada pelo colegiado e o recurso foi repassado para a Organização. **4.2 – Socialização de Boletins**
103 **Informativos produzidos pelo Setor de Vigilância e Monitoramento: – Fronteira entre Proteção e Desproteção –**
104 **Novos Rumos de Acolhimento de Crianças e Adolescentes – Envelhecer no SUAS;** A conselheira Christiane explicou
105 que o Setor de Vigilância e Monitoramento elaborou dois boletins informativos, sendo o primeiro “Envelhecer no SUAS”
106 que traz dados da pessoa idosa no município de Franca, colhidos no GESUAS e Cadastro Único, tais como, o número de
107 idosos, dados do BPC da pessoa idosa, a renda, a taxa de envelhecimento que tem aumentado a cada ano no Brasil, os
108 serviços que atendem a pessoa idosa, dentre outros. O Setor de Vigilância e Monitoramento tem o objetivo de elaborar
109 outros informativos também da mulher, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, dentre outros. O segundo
110 boletim trata sobre o “Acolhimento de crianças e adolescentes”, trazendo um diagnóstico da situação e um breve histórico
111 do acolhimento no município de Franca. Também traz dados importantes que demonstram a diminuição do acolhimento,

que é resultado do trabalho da gestão e de todos os envolvidos que fortalecem essas famílias para que as crianças e adolescente não tenham que ir para o acolhimento, que deveria ser a última instância. Roberta explicou que os documentos são uma versão preliminar, pois os dados deste ano ainda estão sendo atualizados. Foi proposto por Eder, a apresentação resumida desses dados que são trazidos nos informativos e a Roberta falou que discutirá com a equipe, uma melhor forma de apresentação. O colegiado parabenizou o trabalho realizado pelo Setor de Vigilância e Monitoramento.

4.3 – Disponibilização de cursos pelo Portal Capacita SUAS – MDS – cursos disponíveis no link:

<https://novoead.cidadania.gov.br/index>; Maria Amélia apresentou uma lista de cursos que estão disponíveis no Portal Capacita SUAS, e que estão com inscrições abertas até o dia 15 de setembro. Os cursos são da área de Assistência Social; Avaliação e Gestão da Informação; Segurança Alimentar e Nutricional; Cadastro Único e Demais Temáticas. Salientou a importância de participar destes cursos que são on line e visam a formação de conselheiros, trabalhadores, gestão, etc.

4.4 – Live CONSEAS – O Papel dos Conselhos Municipais no Acompanhamento do Cofinanciamento da Política de

Assistência Social – 17.09 – 10h às 12h – Inscrições abertas – link: <https://forms.office.com/r/6EXMVT7zhW>; No dia 17 de setembro, será realizada uma live sobre O Papel dos Conselhos Municipais no Acompanhamento e Cofinanciamento da Política de Assistência Social, que o CONSEAS está promovendo. Será transmitida no YouTube, e para participar é só se inscrever no link informado.

4.5 – Renovação de 2/3 Colegiado CMAS – Mobilização e divulgação para o Processo Eleitoral CMAS 2024 de Usuários(as) e Trabalhadores do SUAS(as);

Foi informado por Maria Amélia que, após deliberação dos critérios para renovação do colegiado na última reunião, os informativos com as orientações já foram encaminhadas para toda a rede e também para o FORTTSUAS. Explicou alguns dos critérios exigidos e apresentou o informativo. Lembrou que as inscrições para representantes de usuários iniciará no próximo dia 16 de setembro e seguirá até o dia 25 deste mês. Após análise dos documentos, a comissão do Pleito Eleitoral fará uma resolução informando quem são os candidatos aprovados, e os candidatos indeferidos terão dois dias para apresentar recurso, e depois desse período será divulgado o resultado final. Maria Amélia pontuou que o exercício de conselheiro é uma atividade voluntária e de grande relevância, e que os conselheiros são considerados agentes públicos. Sobre transporte para usuários comparecerem no dia da votação, disse que será feita uma reunião com a comissão para discutir essa questão com a posterior devolutiva ao colegiado e toda a rede.

4.6 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os);

o conselheiro Élcio pediu a palavra, e falou sobre a importância da troca de conhecimento com os outros representantes de usuários, e como isso é muito importante no conselho. Por fim, a conselheira Aline Lima fez um convite aos conselheiros e convidados para participarem da ação contra capacitismo, promovida pela FEAPAES, que será realizada no dia 12/09 às 20h no Poli Esportivo, onde será falado sobre a luta e os direitos das pessoas com deficiência. Maria Amélia também usou da palavra aberta para falar sobre as reuniões que estão sendo feitas com os candidatos a prefeito, informando que o candidato Alexandre Tabah solicitou que a reunião fosse feita de forma online, então questionou ao colegiado sobre essa possibilidade e o colegiado concordou, então a reunião será marcada. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e dez minutos (10h10), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Luiza Pasquarelli, estagiária administrativa, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Facioli Vergara, a qual, uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será anexada a lista de presença.